



José Gabriel Ávila*

Em defesa da unidade regional

1. A estação do ano em que nos encontramos – tempo de férias, de ir a banhos nas límpidas águas do oceano, de contato direto com os sortilégios da natureza e das lindíssimas paisagens insulares – é propícia a transmitirmos uma imagem idílica dos Açores a quem nos visita e a omitirmos nas informações mais rudimentares a panóplia de problemas com que nos confrontamos no dia-a-dia.

Cada açoriano, consciente ou inconscientemente, é um promotor e divulgador da sua terra e do que de mais belo e atraente nela existe. A isso chama-se amor à terra e orgulho do torrão natal. E não vem mal nenhum ao mundo que o transmitamos aos forasteiros.

Não podemos, porém, desconhecer ou encobrir um sem número de dificuldades permanentes que não ultrapassamos em setores vitais como a saúde, o envelhecimento demográfico e a desertificação de algumas ilhas, por falta de competência, incúria ou por incapacidade financeira para alterar essas realidades.

Tratando-se de entidades públicas, a quem incumbe zelar pelo bem-comum e pela equidade na satisfação de direitos, não se tolera que tenham esse comportamento, mas que tudo façam para alterar problemas e insuficiências crónicas que ameaçam vidas e constituem atropelos a direitos individuais e colectivos.

É neste pressuposto que enquadro a viagem do Presidente da República aos Açores.

Internamente, o discurso oficial corrente defende o aumento da contribuição financeira do Estado para faz face a setores basilares como a saúde, a educação e a mobilidade. Por uma questão de congruência, estes devem ser também os temas que os responsáveis têm de apresentar ao Primeiro Magistrado da Nação, nesta visita de forte pendor turístico e propagandístico.

A sua magistratura de influência pode acelerar a solução destes momentosos problemas que, segundo a versão oficial, estão na origem do agravamento do défice orçamental da Região que atinge já os 227,9 m€, numa galopante subida de 75 m€ registada no primeiro semestre do ano em curso.

“Exaltar a dimensão geopolítica e geoestratégia do arquipélago”ⁱ é um estafado conceito militarista/belicista, cujos destinatários são a NATO e a União Europeia, e que pouca eficácia tem na compreensão dos governantes nacionais sobre o desenvolvimento açoriano. Por culpa nossa, pois falta-nos abertura para aprendermos com a experiência de outras regiões insulares. Ademais, quem nos subsidia, também não entende que as pequenas economias ultraperiféricas sejam merecedoras de um acompanhamento metódico. Tal ajudaria a que os elevados investimentos europeus se traduzissem em crescimento económico sustentado e permanente e não em muitos investimentos dispensáveis e não reprodutivos.

Não é demais afirmar que os programas dos países da EU devem responder sempre às especificidades das pequenas economias ultraperiféricas insulares. De contrário, nunca acompanharemos o progresso europeu e não passaremos da última carruagem do comboio do desenvolvimento. A nossa presença nos organismos da União Europeia tem essa função, para que se tire proveito da ajuda e solidariedade europeias.

Da nossa parte, deve existir abertura a outras experiências bem-sucedidas, e sobretudo competência no saber fazer. Só assim terá consistência o projeto europeu de que tanto beneficiamos.

2. Nos últimos anos vimos assistindo a lutas intestinas inter-ilhas, protagonizadas por dirigentes de instituições económicas e políticas regionais.

Já uma vez escrevi sobre o lóbi da Terceira, representado pelo vice-presidente do Governo e pelo Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, que, aos olhos do cidadão comum onde me que me incluo, veladamente acicatham rivalidades antigas que se julgava ultrapassadas, entre as duas ilhas maiores.

A atribuição de competências sobre a gestão e dinamização da

Aerogare Civil das Lajes a Artur Lima, com directrizes e rubricas orçamentais próprias, desligadas da política de transportes aéreos da Secretaria da Mobilidade e o “forcing” para a criação do Hub no porto da Praia da Vitória, apadrinhado, incompreensivelmente, pelo Presidente do Governo, visando centralizar ali todo o tráfego de mercadorias, em prejuízo dos restantes grupos mais a ocidente, são concessões político-partidárias que acentuarão, irremediavelmente, a unidade regional e a própria autoridade do Presidente Bolieiro.

Em meu entender, a coligação tripartida está mais preocupada com a sobrevivência de cada partido e em manter o seu eleitorado tradicional e não tem uma visão global do todo regional. Falta um rumo na governação, um projeto colectivo que atenda às necessidades das ilhas mais populosas e que integre também no processo de desenvolvimento regional as potencialidades e anseios das demais.

Acorre-se ao imediato, com soluções pontuais, fazem-se estudos que não saem do segredo dos gabinetes (veja-se o caso da ampliação do Aeroporto do Pico), mas não há uma visão de futuro e isso afeta a unidade insular.

Este é um valor essencial que não pode ser construído colocando os açorianos uns contra os outros, nem prejudicando o entendimento e o crescimento de cada uma das ilhas, sob pena de se agravar o despovoamento e o empobrecimento do arquipélago.

As instituições autonómicas não podem agir ao sabor de interesses particulares. Muito menos deixar-se levar por forças sociais com intuítos particulares e locais que afetam a estabilidade social e regional.

Se o que se pretende é um desenvolvimento insular a duas velocidades, ignorando tantas carências e dificuldades sentidas pelos que ainda residem nas ilhas não-capitalinas, então que se assuma esse desígnio, de uma vez por todas.

Não se pode é proclamar alto e bom som que somos uma Região Autónoma que tem como objetivos fundamentais: “O desenvolvimento económico e social da Região e o bem-estar e qualidade de vida das populações, baseados na coesão económica, social e territorial e na convergência com o restante território nacional e com a União Europeia.”ⁱⁱ



ⁱ Declarações de José Manuel Bolieiro em 30/07/2025

ⁱⁱ Estatuto Político Administrativo RAA, nº3, d)